

Fred Schulz é habilitado pela Previc e assume interinamente a Diretoria de Seguridade

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) habilitou nesta sexta-feira (11/8) Fred Schulz para assumir interinamente a Diretoria de Seguridade. O órgão atestou que o dirigente cumpre os requisitos regulatórios para assumir o cargo de diretor.

Conforme já comunicado aos participantes, o nome do executivo havia sido [aprovado pelo Conselho Deliberativo](#) em reunião realizada no dia 19/7. A nomeação de Fred Schulz é importante para o processo de recomposição da Diretoria Executiva, assegurando a continuidade técnica da gestão previdenciária, até que seja concluído o processo seletivo do diretor efetivo.

Fred Schulz ingressou na Petros em 2021 como gerente executivo Atuarial e de Desenvolvimento de Planos e, desde então, vem conduzindo importantes projetos para a sustentabilidade dos planos de benefícios.

Graduado em Ciências Atuariais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pós-graduado no MBA com ênfase em Mercado Financeiro pela Saint-Paul Escola de Negócios, Fred é membro do Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e certificado pelo ICSS. O executivo também possui experiência de mais de 16 anos no sistema de previdência complementar fechada, tendo atuado como gerente de Modelagem e Atuária na BB Previdência, especialista na Uniabripp e como Consultor Sênior em consultorias nacionais e multinacionais

Esclarecimento sobre Acordo de Leniência da J&F

Na última quarta-feira, dia 9/8, divulgamos uma nota de esclarecimento para os participantes dos planos PPSP-R, PPSP-NR, PP-3 e Flexprev em razão de uma matéria veiculada pelo jornal O Globo envolvendo alteração no Acordo de Leniência conduzido pelo Ministério Público Federal (MPF), no qual a J&F se comprometeu a pagar uma multa a credores, entre eles a Petros, a título de ressarcimento por conta dos recursos aportados no FIP Florestal.

Na nota enviada aos participantes, informamos que a Petros ainda não recebeu do MPF qualquer notificação em relação a essa decisão administrativa envolvendo a revisão dos termos do acordo. Mas, como beneficiária do acordo, a Petros vem adotando todas as medidas cabíveis para garantir os direitos da Fundação, desde o primeiro pedido de revisão apresentado pela J&F.

Conforme previsto originalmente no acordo, assinado em junho de 2017, do valor total da multa (R\$10,3 bilhões), R\$ 1,7 bilhão caberia à Petros e seria pago ao longo de 25 anos, sendo contabilizados nos planos PPSP-R, PPSP-NR, PP-3 e Flexprev. Até o momento, a Petros recebeu cerca de R\$ 133 milhões.

Assim como temos feito, seguiremos mantendo os participantes dos planos PPSP-R, PPSP-NR, PP-3 e Flexprev informados sobre o andamento do assunto.

Fonte: [Petros](#), em 11.08.2023.